



RELATORIA DA OFICINA DO SUBPROGRAMA AGROPRODUTIVO

Gurupi – 09 de junho de 2025 | Auditório do SEBRAE | 19h às 22h30

A Oficina do Subprograma Agroprodutivo do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins (JREDD+) foi realizada no dia 09 de junho de 2025, no auditório do SEBRAE, no município de Gurupi, com início às 19h e encerramento às 22h30. O encontro teve como objetivo apresentar os fundamentos do programa e abrir espaço para diálogo com representantes do setor agropecuário e demais interessados.

A abertura do evento contou com a composição da mesa pelos seguintes participantes: Marli Teresinha dos Santos, Coordenadora geral do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins e Superintendente de Gestão de Políticas Públicas Ambientais da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; João Victor Stival, Presidente do Sindicato Rural de Gurupi; Marcello de Lima Lelis, Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins e Adailton Fonseca, Vice-Prefeito do município de Gurupi. O Secretário Marcelo Lelis iniciou os pronunciamentos agradecendo à prefeitura de Gurupi e ao Sindicato Rural pelo apoio à realização da oficina, destacando, também, o trabalho da coordenadora Marli e a presença de representantes da FAET e da APROSOJA. Ressaltou o compromisso do Estado em ouvir as demandas da sociedade e esclarecer dúvidas sobre o programa, reforçando que o REDD+ não tem como foco o desmatamento em si, mas sim o combate ao desmatamento ilegal.

Em seguida, João Victor Stival agradeceu a presença do público e enfatizou a importância daquele espaço para a exposição de ideias e esclarecimento de dúvidas. O vice-prefeito Adailton Fonseca ressaltou sua presença como representante político e também como agente ligado à atividade agropecuária.

Marli iniciou sua exposição contextualizando sua trajetória familiar como agricultora, destacando que o agro é base da economia tocantinense e que essa realidade foi considerada na concepção do Programa Jurisdicional REDD+ do Tocantins. Explicou que o programa articula a produção de alimentos com a preservação das florestas e introduziu conceitos fundamentais, como o de crédito de carbono, explicando que cada tonelada de carbono que deixa de ser emitida gera um crédito a ser recebido pelo Estado. Abordou o funcionamento do sistema ART TREES, destacou que o programa adota a abordagem jurisdicional (com monitoramento em nível estadual) e explicou os períodos de referência (2015 a 2019) e de creditação (2020 a 2024, e posteriormente 2025 a 2029).

O Secretário Marcello Lelis pediu a palavra para reforçar que os 13 milhões de toneladas mencionados pela coordenadora já pertencem ao Estado e enfatizou que não há compromisso formal para metas futuras de redução de desmatamento, mas que



os recursos oriundos da comercialização desses créditos serão majoritariamente utilizados no combate ao fogo.

A partir daí, diversos participantes fizeram intervenções. O senhor Carlos questionou sobre o volume de créditos gerados, as previsões futuras e os critérios para continuidade da geração de créditos. Marli respondeu que o segundo período de creditação vai até 2029, conforme as regras do ART. Em seguida, apresentou a ordem cronológica de desenvolvimento do programa e relacionou o REDD+ com a Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável, a qual foi apresentada na COP de Madrid e está fortemente vinculada ao setor agropecuário.

Quando questionada sobre a gestão do Fundo Clima, Marli explicou que os recursos não serão repassados diretamente a indivíduos, mas destinados a associações, com base nas demandas apresentadas por estas. Durante a explanação sobre a estrutura de governança do REDD+, foi levantada a questão da representatividade na CEVAT. Um participante apontou que os produtores do agro, por serem grandes contribuintes, deveriam ter maior peso na composição do comitê. Marli esclareceu que, por exigência das salvaguardas de Cancún, os PIPCTAFs possuem maior representação. O ouvinte replicou dizendo que, se os produtores não quiserem participar, isso seria um direito deles. Marli respondeu que sim, mas destacou que a adesão ao programa é vantajosa, pois garante apoio técnico e institucional ao cumprimento da legislação ambiental, algo já exigido independentemente da participação no REDD+.

Outro participante afirmou que o produtor rural é quem mais protege o meio ambiente e reclamou da ausência de apoio para conter incêndios criminosos. Afirmou ainda que é desequilibrado haver apenas a FAET como representante na CEVAT. Marcello Lelis respondeu que há proposta, apresentada durante a Agrotins, de incluir a UCD na CEVAT, o que está aguardando trâmites. Também foi questionada a presença de ONGs no comitê.

O secretário de Meio Ambiente de Gurupi, Diego, informou que houve uma redução de 25% nos focos de incêndio no município, graças à atuação de uma equipe de defesa civil permanente. João Paulo perguntou se um produtor pode retirar sua propriedade do REDD+, ao que Marli respondeu que sim, mas reforçou que isso não altera o monitoramento do território pelo Estado. Énio defendeu o uso controlado do fogo, previsto em lei, e Marcelo Lelis concordou com sua observação.

Outro participante, Marcelo, apontou que a produção agropecuária gera receita muito superior à que será obtida pelo programa, e criticou a ausência da SEAGRO na oficina. O secretário Marcelo respondeu que o Naturatins enfrentava sérios problemas de funcionamento e que o programa pode ajudar na reestruturação desses órgãos, embora não seja uma solução única para todos os desafios do Estado.



Erivan questionou sobre projetos de carbono que envolvem o sequestro direto por meio de florestas novas. Marli explicou que a restauração florestal é, de fato, o único meio de sequestro efetivo de carbono. A discussão se estendeu ao ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico), citado anteriormente, e o secretário esclareceu que trata-se de uma pauta separada, atualmente em consulta pública na Assembleia Legislativa.

Marli retomou sua apresentação tratando da repartição dos benefícios, apresentou o site do REDD Tocantins e a plataforma CIGMA. Na sequência, Warley Rodrigues, da Organização Não Governamental Earth Innovation, informou que, desde 2023 foram realizadas mais de 50 reuniões com entidades do agro e sindicatos rurais, cobrindo 61 municípios do Tocantins. Roseneide Sena, consultora do Programa e integrante da equipe técnica, conduziu uma dinâmica de consulta, perguntando quais ações os participantes priorizariam caso o Programa seja registrado e a porcentagem de 25% (vinte e cinco por cento) dos benefícios alcançados seja destinada ao setor. Neste momento, o Senhor Carlos questionou quem seria responsável pelos projetos. Roseneide Sena respondeu que a titularidade cabe às associações.

Wanderlei perguntou se é possível criar uma brigada contra incêndios com apoio do programa. Roseneide Sena confirmou, reforçando que o combate ao fogo é prioritário. Wellington Almeida afirmou que o REDD é um projeto quase utópico diante da dificuldade prática de controlar incêndios no Estado e sugeriu pautas mais concretas para uso dos 6 milhões de hectares degradados existentes. Questionou novamente a possibilidade de retirada do programa, sendo reiterada por Marli a natureza voluntária da adesão.

Também foram discutidas as práticas do mercado privado de carbono. Marli explicou como operam as corretoras e como será a precificação dos créditos do Tocantins, a qual dependerá da média de três cotações na data de lançamento dos ativos na bolsa. Outro participante, João Paulo, reafirmou o interesse de sua associação (Novilho Precoce) em participar da governança e expressou desconforto com a representação exclusiva pela FAET. O secretário de Meio Ambiente de Gurupi sugeriu a compra de um avião de médio porte para combater incêndios no Estado.

Ainda durante a oficina, Roseneide Sena explicou o processo de indicação de representantes para a audiência pública e como Gurupi tem maior porte, foi possível indicar cinco representantes: Flávia Germendorff (Sindicato Rural de Natividade), João Vitor Stival (Sindicato Rural de Gurupi), Carlos Ribeiro (Sindicato Rural de Araguaçu), Marcelo Zanella (Sindicato Rural de Figueirópolis) e Cristiane Caruccio (Aprosoja Tocantins – Regional Gurupi).

Ainda, o Setor definiu como ações prioritárias: Aparelhamento/manutenção/criação de Brigada de Incêndio; (Governo); Desenvolver tecnologias para melhorar a produção e o rebanho bovino; Recuperação de Pastagens Degradadas; Fortalecimento do Naturatins (Governo); Análise do CAR (Governo); Capacitação e sensibilização de comunidades,



assentamentos, ATM (Associação Tocantinense dos Municípios) e produtores para conscientização contra o fogo (Governo); Programas de desenvolvimento sustentável;

Financiamento/linha de crédito sem juros para Produtores para combate a incêndios; isenção de impostos de materiais par combate a incêndios; Crédito que retorne ao produtor rural; maquinários; armazenagem; Programa de Desenvolvimento com envolvimento de entes federais, Naturatins e Ecovias para MIF das rodovias; canal de comunicação direto para MIF para rodovias; Compra de avião especializado em combate a incêndio (Governo); sala de situação para coordenar as ações de combate a incêndios (Governo) e Regularização Fundiária (Governo - incra e itertins).

Encaminhando-se para o encerramento, o senhor Marcelo questionou o que ocorre quando o produtor já participa de projeto privado de REDD. Marli esclareceu o processo de aninhamento e indicou que o site do JREDD traz as orientações completas para esses casos. Por fim, Ravenna Vieira, técnica do Programa Jurisdicional REDD+ responsável pelo Subprograma Agroprodutivo, trouxe um panorama das oficinas anteriores, como a de Pedro Afonso (em 2023) e a da Agrotins (em maio de 2025), informando que as principais demandas giram em torno de inovação tecnológica, capacitação, mercado e infraestrutura.

A oficina foi finalizada com agradecimentos gerais, cumprindo seu papel de promover um espaço democrático de escuta e prestação de informações sobre o Subprograma Agro, fortalecendo o diálogo entre governo, setor produtivo e sociedade civil no âmbito da implementação do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins. Compõem os anexos desta ata: a Apresentação utilizada no dia do evento e a Lista de Presença dos Participantes.